



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Processo nº: **0007588-53.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **MARTA PAULINO DA SILVA CAPORASSO, CPF 084.861.348-11 - Desacompanhada de Advogado**  
 Requerido: **EMILIO FESTAS & EVENTOS - Desacompanhado de Advogado e representado pelo proprietário Emílio Ferrati**

Aos 09 de fevereiro de 2017, às 14:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) da autora, Sr<sup>a</sup> Heloísa. Renovada a proposta de conciliação esta foi aceita pelas partes. A seguir, *as partes se compuseram nos seguintes termos: “O réu obriga-se ao pagamento R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais) parcelados em 16 vezes de R\$ 100,00 reais cada. O primeiro depósito ocorrerá em 26 de março p.f. e os demais nos mesmos dias dos meses subsequentes. Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário em conta poupança mantido em nome da autora junto ao Banco Caixa Econômica Federal, agência nº 0348, conta poupança nº 013-00129343-0 (CPF nº 084.861.348-11) e o comprovante do depósito servirá como recibo. Em caso de não pagamento de qualquer parcela acordam o vencimento antecipado da dívida com a incidência de multa de 10% sobre o saldo devedor. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. ” “Homologo o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III “a” do C.P.C. Aguarde-se o decurso do prazo para os pagamentos convencionados. A autora fica intimada a, até 30 dias após o vencimento da última parcela, informar eventual descumprimento. No silêncio, este juízo presumirá o adimplemento e o processo será extinto com fulcro no art. 924, II do CPC, independentemente de nova intimação. Publicada nesta audiência, registre-se”*. saindo intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Requerido - proprietário:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA